



## **Reflexões acerca de um novo modelo de gestão no meio rural amazônico**

**Evandro Ladislau<sup>1</sup>, Paulo Santana Rêgo Gomes<sup>2</sup>, Mário Vasconcellos<sup>3</sup>, Gilberto de Miranda Rocha<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local. ([evandroladislau@gmail.com](mailto:evandroladislau@gmail.com)).

<sup>2</sup> Governo do Estado do Pará, Secretaria Estadual de Projetos Estratégicos, Programa Pará Rural. ([paulo.santana@ngpr.pa.gov.br](mailto:paulo.santana@ngpr.pa.gov.br)).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local. ([mariovasc@ufpa.br](mailto:mariovasc@ufpa.br))

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local. ([gilrocha@ufpa.br](mailto:gilrocha@ufpa.br))

### **Resumo**

O presente artigo objetiva refletir sobre o processo de planejamento e execução de um novo modelo de desenvolvimento local e sustentável no meio rural amazônico. Particularmente, o artigo examina os fatores que facilitam e dificultam a relação entre o Estado e a sociedade civil na implementação de um plano de desenvolvimento municipal. Trata-se de um plano que tem como concepção a participação do conjunto dos atores sociais locais no diagnóstico situacional, planejamento estratégico, elaboração dos projetos e gestão das atividades. Tem-se como locus de análise o município de Igarapé-Açu, localizado ao nordeste do Estado do Pará.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Participação social. Planejamento rural.

Área Temática: Gestão no meio rural

### **Abstract**

The paper aims to understand the process of planning and implementation of a new model for local development at rural area in Amazonia. Particularly, the paper examines the factors that have facilitated or hampered the relationship between State and civil society in the implementation of a municipal development planning. The planning has as an essential the local social actors' participation in the situational diagnosis, strategic planning, projects building and activities management. The paper has as a focus of analysis the *município* of Igarapé-Açu located at North-east of Pará state.

Key words: Local development. Social participation. Rural planning.

Theme Area: Management on rural area

### **1 - Introdução**

Apesar de ser tratado sob diferentes perspectivas, observa-se que vem se tornando consenso geral a concepção de que o desenvolvimento local e sustentável representa um novo modelo capaz de promover o desenvolvimento de determinadas sociedades. O presente artigo objetiva refletir sobre o processo de planejamento e execução de um plano de desenvolvimento local e sustentável no meio rural amazônico. Em especial, o artigo examina os fatores que facilitam e dificultam a relação entre o Estado e a sociedade civil na



implementação de um plano de desenvolvimento municipal. Trata-se de um plano que tem como concepção a participação do conjunto dos atores sociais locais no diagnóstico situacional, planejamento estratégico, elaboração dos projetos e execução das atividades. Tem-se como locus de análise o município de Igarapé-Açu, localizado ao nordeste do Estado do Pará.

O artigo está estruturado em seis seções considerando esta introdução como a primeira. A segunda seção apresenta um quadro conceitual sobre desenvolvimento local e participação social. O objetivo da segunda seção é mostrar como tais conceitos são abordados na literatura e destacar os elementos que estão sendo apropriados pelo modelo de desenvolvimento local em implantação em Igarapé-Açu. A terceira seção apresenta o caso/locus da pesquisa. A terceira seção tem como finalidade fazer um breve perfil do município. A quarta seção destaca a metodologia utilizada na implantação do modelo e que foi apropriada pelos autores deste artigo como campo de observação. O método da observação participante foi o que permitiu as reflexões apresentadas na seção subsequente. De fato, a quinta seção discorre sobre os fatores que facilitaram e dificultaram a elaboração do diagnóstico e do planejamento do desenvolvimento local. Algumas destas reflexões extrapolam-se para a fase de elaboração dos projetos de investimentos produtivos que ainda estão em andamento. A sexta seção destaca as principais conclusões dos autores sobre o novo modelo de desenvolvimento rural ora em pauta no município de Igarapé-Açu.

## **2 - Desenvolvimento local e participação social**

O Projeto de Desenvolvimento Municipal - PDM, executado pelo Programa Pará Rural (Programa do Governo do Estado do Pará, com financiamento do Banco Mundial, que visa enfrentar a questão da pobreza rural no Estado), é uma estratégia de desenvolvimento endógena e participativa que visa à mobilização de organizações da sociedade civil, empresariais e instituições governamentais em torno da elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento local para os municípios paraenses. A metodologia prevê a estruturação de fóruns municipais, envolvendo o conjunto da sociedade, buscando estimular o protagonismo dos atores locais na definição dos rumos de desenvolvimento municipal a curto, médio e longo prazo.

Este processo está ancorado em definições como a de Buarque (2008, p. 25), que conceitua o desenvolvimento local “como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

O PDM, em consonância com Buarque (2008), Lima; Marinho e Brand (2007) e Vasconcellos (2009), considera o desenvolvimento local em sua multidimensionalidade e embora entenda a importância motriz da dimensão econômica para o desenvolvimento municipal, não perde de vista a sua insuficiência para a compreensão da realidade e a formulação de estratégias de desenvolvimento local, sendo necessário contemplar a dimensão social, cultural, política e ambiental. Nesse sentido, estas estratégias devem primar por

[...] mobilizar e explorar as *potencialidades* locais e contribuir para *eleva as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar a *conservação dos recursos naturais locais*, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para qualidade de vida da população local. (Buarque, 2008, p.25).

Outro aspecto a considerar diz respeito ao planejamento como processo de construção de uma visão coletiva da realidade local e do futuro desejado pelo conjunto dos atores locais.



No caso do PDM, toda a estratégia está condicionada à mobilização e organização da sociedade local, pois a participação é considerada chave para o desenvolvimento municipal, e processo de aprendizagem social fundamental para a tomada de consciência, formação de senso crítico, sensibilidade e identidade comunitária (LIMA; MARINHO; BRAND, 2007). Vasconcellos e Vasconcellos (2009) chamam atenção para o processo de integração e participação de atores locais em espaços como os fóruns de desenvolvimento municipal, como os propostos pelo Pará Rural, como fundamental para conferir legitimidade e densidade ao planejamento do desenvolvimento local.

Embora a participação enseje o confronto entre diferenciadas visões de mundo e projetos societários, este confronto, quando bem mediado, proporciona a inovação, o amadurecimento e o comprometimento dos participantes com as estratégias consensuadas no plano de desenvolvimento, preparando a sociedade para o enfrentamento dos desafios futuros. Além disso, no plano institucional, enseja mudanças na forma de articulação entre as instituições do governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos dentro de uma perspectiva de sinergia entre Estado e sociedade civil (EVANS, 1997).

### **3 - Município de Igarapé-Açu: em busca de regeneração**

Compreender a realidade a partir de sua multidimensionalidade significa lançar um olhar para o município sobre as questões produtivas/econômicas e a base socioambiental onde estas se assentam.

A integração da Amazônia ao mercado nacional, a partir do início da década de 70, provocou várias crises do sistema de produção extensivo de culturas anuais devido à flutuação de preços de mercado, problemas de comercialização, ataque de pragas e concorrência com produtos mais baratos provenientes do sul e sudeste do país (COSTA; HURTIENE; KAHWAGE, 2006). Nesse contexto, no município de Igarapé-Açu, verificou-se uma tendência a implantação de lavouras permanentes, e semi-permanentes, voltadas exclusivamente para o mercado, como resposta ao cenário de crise.

A cultura da pimenta ganha força incentivada por iniciativas governamentais e pelos bons preços praticados no mercado internacional, permanecendo assim até a segunda metade da década dos oitenta quando praticamente desapareceu em função de problemas fitossanitários (SOUZA FILHO *et al*, 2001), ressurgindo apenas em meados da década de 90, permanecendo até os dias de hoje como uma importante cultura no contexto municipal.

Na década de 90, houve um crescimento da cultura do maracujá, incentivado pela implantação de uma agroindústria de concentrado de maracujá chamada AMAFRUTA, implantada pela multinacional Ciba-Geigy, com incentivo do Governo Federal, através do Banco da Amazônia. No final da década, a quase falência da AMAFRUTA provocou uma queda na produção e comercialização do maracujá. No ano 2000, dá-se um processo de recuperação da AMAFRUTA sendo criada a Central de Cooperativas Nova Amafruta. Essa iniciativa incorporou uma grande parcela de produtores familiares em 29 municípios do Estado, entre eles o município de Igarapé-Açu, gerando um novo impulso para a produção local. Contudo, no ano de 2006, a empresa enfrenta uma nova crise paralisando sua produção, atingindo diretamente os produtores familiares menos capitalizados.

A década de 90 é marcada também pela introdução da cultura do dendê e pelo crescimento da atividade pecuária. A expansão da cultura do dendê foi alavancada pelas condições bioclimáticas favoráveis e pela implantação da empresa Agroindustrial Palmeira da Amazônia S.A (PALMASA) com incentivos fiscais do Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Hoje, já são 4.200ha. de área plantada.



A pecuária se implantou em áreas anteriormente dedicadas ao plantio de culturas alimentares, provocando uma reconfiguração na produção e nas unidades de produção, com a concentração de terras para formação de pastos, e estruturação de fazendas (SOUZA FILHO *et al*, 2001). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), o rebanho bovino cresceu de 6.000 cabeças em 1990 para 18.000 cabeças em 2006. Com uma expansão crescente essa atividade tem provocado sérios problemas ambientais para o município.

Em oficinas de diagnóstico participativo, realizadas nos meses de abril e maio de 2009, observaram-se nos discursos dos produtores as consequências diretas das opções tecnológicas adotadas a partir do cenário de crise agrária. A especialização de culturas, como o maracujá e a pimenta do reino, fragilizaram os pequenos produtores em suas relações com o mercado provocando, em momentos de crises dessas culturas, o endividamento e, em muitos casos, a venda de seus lotes. A forte dependência da indústria de insumos agrícolas provocou um aumento significativo de seus custos de produção e a ausência de estrutura de assistência técnica levou ao uso inadequado e indiscriminado de agrotóxicos, gerando, assim sérios riscos para a saúde dos produtores e seus familiares e para os ecossistemas locais.

A falta de organização, sob o ponto de vista econômico, tem sido uma das principais causas dos fracassos verificados no passado nos projetos direcionados à atividade agropecuária no município. Exceto em alguns casos particulares, os produtores trabalham de maneira isolada, com pouca articulação entre eles, e com o mercado e os fornecedores de insumos. Boa parte dos produtores tem suas próprias práticas e seu circuito de comercialização diretamente ao consumidor local, ou por meio de atravessadores. Essa situação não permite aproveitar o grande mercado regional, dificulta o acesso a insumos de qualidade e a preços melhores e a transferência de tecnologia.

Os números traduzem os resultados deste processo em termos sociais. Os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano apontam que os 80% mais pobres se apropriaram de apenas 42,91% da renda do município, enquanto os 20% mais ricos de 57,09%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,670 no ano de 2000, ocupando a 3450ª posição no ranking brasileiro. Sua população adulta apresenta uma média de 3,9 anos de estudo e uma taxa de 25,88% de analfabetos, evidenciando um baixo nível de educação formal de parcela importante da população do município (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000).

O aprendizado gerado pelas experiências econômicas vivenciadas no território pode ser percebido na visão de futuro, que resultou do consenso negociado pelos atores sociais no processo de construção do PDM que evidencia a busca de regeneração das bases que conformam o processo de desenvolvimento municipal:

Município territorialmente organizado com base no desenvolvimento sustentável e na gestão participativa, centrado na economia rural, com sistemas de produção ecologicamente corretos e recursos naturais conservados, e na promoção da igualdade, solidariedade e justiça social” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, 2009, p 07).

Esta visão de futuro expressa uma intenção de ruptura com os princípios do modelo produtivista e uma clara opção por iniciar um processo de transição agroecológica levando em conta o conjunto das atividades estruturadas até o presente em seu território. Além disso, faz uma opção clara por um modelo econômico capaz de internalizar os investimentos realizados e irradiá-los para o conjunto da economia local. Este consenso demanda ainda mudanças institucionais que aumentem a participação da sociedade na gestão do território e promovam, a partir de processos solidários, a igualdade e a justiça social.



#### **4 - Metodologias do plano e da análise crítico-reflexiva**

O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Municipal adotou uma metodologia que abrangeu as seguintes etapas:

Para o diagnóstico, buscou-se mapear, com base em fontes secundárias, a situação socioeconômica e ambiental, sendo que os indicadores e dados foram validados pelo Fórum. Foram realizadas ainda cinco oficinas de diagnóstico em nível local (multi-comunitário) nas regiões pólos (espaços geográficos ou territórios de ação definidos pelos movimentos sociais), onde ocorreram discussões acerca da realidade das comunidades sobre o ponto de vista econômico, social e ambiental. Realizou-se, também, um seminário na sede do município. Este conjunto de ações conformou a elaboração de matrizes de problemas locais envolvendo as dimensões econômica, ambiental, social e político-institucional.

Com base nas informações do diagnóstico foram realizadas cinco oficinas de elaboração do Plano, sendo: (1) Oficina de validação do diagnóstico e elaboração da visão de futuro; (2) Oficina de elaboração das linhas estratégicas de atuação; (3) Oficina de elaboração das linhas de Programas; (4) Oficina de elaboração das linhas de Projetos e, (5) Oficina de validação do Plano.

As análises e reflexões sobre o processo de implementação do PDM levaram em conta a metodologia de observação participante definida como “um método em que o pesquisador toma parte do cotidiano do grupo ou organização pesquisada, e até desempenha tarefas regularmente, tudo com o intuito de entender em profundidade aquele ambiente” (SANTOS, 2004, p.3-4).

Segundo Santos (2004) o contato direto com o objeto da pesquisa permite ao pesquisador observar e obter informações que não seriam possíveis utilizando somente o método quantitativo. Neste sentido foi possível observar questões relativas à interação entre os atores locais, sobre a relação entre o Estado e sociedade civil e sobre as dificuldades e facilidades no processo de implantação do modelo de desenvolvimento proposto.

Visando minimizar os riscos quanto à distorção nas interpretações das informações, buscou-se manter os pesquisadores em posições diferentes na condução dos trabalhos de modo que, enquanto um desempenhava a função de facilitador os demais observavam a condução do processo e a interação dos atores permitindo, assim, maior acuidade nas análises.

#### **5 - Fatores que dificultam e facilitam a implantação de um novo modelo de desenvolvimento para a área rural**

A experiência vivenciada no PDM permitiu uma observação privilegiada do processo de construção de conhecimento e tomada de decisão sobre os rumos do desenvolvimento municipal, que envolve a mediação entre técnica e negociação política. Nem sempre se consegue estabelecer essa mediação entre o técnico e o político. Em alguns casos ou se privilegia o aspecto técnico em detrimento da participação da sociedade, ou se superestima a participação como panacéia para todos os males do planejamento do desenvolvimento local.

A arena política do Fórum de Desenvolvimento Municipal por vezes foi palco de tentativas veladas de controle visando à apropriação política dos benefícios previstos. Essas tentativas foram contrariadas pela realidade, pois a governabilidade depende de composições que permitam a legitimação da condução do projeto e a construção de alianças em nível local que dêem sustentabilidade ao projeto político estadual no longo prazo. Além disso, as alianças entre os atores locais no interior do fórum estabeleceram articulações capazes de bloquear esses movimentos, acomodando as forças políticas e as instituições em um arranjo consensual que permitiu a condução dos trabalhos do Fórum.

Certos setores, por confusão conceitual e/ou estratégia política, tentaram instrumentalizar o Fórum para o constrangimento dos governos, principalmente o municipal.





Esse movimento gerou muitas tensões no sentido de incorporar no plano, problemas de alta urgência e baixa relevância estratégica, ou seja, importantes para a população local, mas irrelevantes do ponto de vista da promoção das bases necessárias a reestruturação socioeconômica do município. Este “pragmatismo” fundamenta-se, também, em experiências mal sucedidas de planejamento do desenvolvimento local que fortaleceu a crítica à metodologia gerando resistências a algumas etapas, como, por exemplo, o diagnóstico, visto como “perda de tempo”.

O processo de construção do diagnóstico visou superar esta situação. Nas oficinas do diagnóstico participativo buscou-se levantar os problemas vivenciados pela população local, produzindo listas de problemas que receberam o devido tratamento e análise técnicas gerando matrizes de problemas que foram agrupados por afinidade temática, com formulação discutida e aprovada pelo Fórum, confrontando dialogicamente racionalidade técnica com o conhecimento dos atores sociais.

Algumas concepções, que resumem a democracia ao governo da maioria, promoveram momentos de travamento do PDM, pois, em espaços compartilhados, negociações unilaterais ou a deliberação por maioria, acabam por gerar insatisfações que inibem a cooperação. Observou-se que em processos colaborativos o silêncio dos vencidos pode significar a derrota dos “vencedores”, pois as ações deliberadas acabam por não se efetivarem. Nesses momentos, a ênfase do conhecimento técnico pode contribuir para estabelecer pontos de inflexão que permitam o estabelecimento de acordos evitando, assim, conflitos irreversíveis.

Outro ponto de dificuldade na implantação de um novo modelo de desenvolvimento para a área rural está na percepção da importância do PDM pelos líderes e técnicos das secretarias municipais. Caso tais líderes e técnicos não sejam sensíveis a um planejamento de longo prazo, as ações de curto prazo são priorizadas no planejamento estratégico da prefeitura assim como em seu orçamento.

Todavia, a experiência de Igarapé-Açu demonstra que pelo menos cinco fatores facilitaram o planejamento de longo prazo. A primeira refere-se à existência de respeitadas instituições de pesquisa (federais principalmente) com atuação no território. Essas instituições, ao desenvolverem projetos de caráter científico, utilizando-se do conhecimento popular local sob o *approach* da participação, contribuem significativamente para dirimir controvérsias técnicas que assumem viés político. Isto porque a aproximação dos pesquisadores com as pessoas advindas das comunidades rompe a tentativa dos líderes políticos de dominar as tomadas de decisões pela via do discurso.

O segundo fator refere-se organização política dos atores sociais locais. Tal organização tem várias raízes, tais como a luta pelo ordenamento territorial, busca de financiamento para os pequenos produtores rurais e disputa pelo controle das organizações de trabalhadores. Todavia, destaca-se a organização dos trabalhadores pela busca de financiamento e pelo envolvimento em projetos produtivos e cooperativos que, embora tenham sido fracassados, formou as bases para a organização comunitária e coordenação de suas demandas.

Evidentemente, o apoio e legitimação da Prefeitura e da Câmara de Vereadores para a consecução do projeto tem sido fundamental para aproximação do Estado com a sociedade civil. Este apoio, aqui considerado como o terceiro fator de contribuição para a consecução do PDM, precisa, no entanto, ser contínuo. As ações estratégicas se estenderão por um longo período e para isso o governo e o legislativo municipal precisam criar as bases políticas locais que minimizem as influências pessoais de quem ocupa o poder. A aprovação do PDM por parte da Câmara de Vereadores, a previsão orçamentária para as ações que o couber e,



sobretudo o reconhecimento do Fórum como agente de desenvolvimento do município como um todo, são fundamentais para o sucesso do planejamento para o desenvolvimento local.

O quarto fator tem sido a sintonia e/ou encontro entre o planejamento local e o planejamento e as ações do governo do estado para a região do nordeste paraense, que inclui a implantação de uma subestação de energia, do projeto Infocentro e o apoio a produção de biodiesel. Este encontro caracteriza bem a visão de desenvolvimento local estabelecido pelos atores sociais locais em que o município não pode ser visto de forma isolada e sim no contexto do território em que se encontra.

O quinto e último fator de contribuição à implantação de um novo modelo de desenvolvimento para a área rural é o fato de o PDM estar inserido em um programa maior de desenvolvimento rural, o Pará Rural, que desenvolve múltiplas ações tais como a regularização fundiária e ambiental, o cadastro ambiental rural e o zoneamento ecológico-econômico de todo o estado do Pará. No caso específico de Igarapé-Açu, a conclusão do trabalho de mapeamento das propriedades rurais com vista a regularização fundiária gerou grande recepção e confiança dos atores sociais locais nas ações desenvolvidas pelo governo do estado.

## 6 - Conclusões

O estabelecimento de um modelo de planejamento e execução para o desenvolvimento municipal, o qual conta com a participação social através do estabelecimento de um fórum de desenvolvimento, é uma importante inovação institucional na realidade amazônica, em particular no estado do Pará. Embora tal modelo não seja novo no Brasil e que possa ser criticado por seu formato institucional, este representa um avanço no sentido de estabelecer mecanismos de aproximação entre o Estado e a sociedade civil na perspectiva de uma sinergia para a melhoria das condições de vida das coletividades locais.

A experiência de Igarapé-Açu mostra que é possível transformar a tradicional estrutura hierárquica de planejamento do desenvolvimento municipal no Pará para um modelo mais horizontal com a participação das comunidades rurais que, historicamente, foram excluídas dos processos de desenvolvimento. A discussão do PDM de Igarapé-Açu tem demonstrado, por parte dos movimentos sociais, representantes comunitários e empresariais e, também, das instituições governamentais, uma forte vontade política de rever as bases em que se assentam as organizações produtivas e sociais do município que tem mantido o *status quo* de concentração de renda e exclusão social.

Entretanto, o processo é lento e muitos fatores dificultam ou facilitam a implantação de um novo modelo para a área rural. Tentativas de politização do processo de planejamento, disputa por poder e liderança do processo com vistas a ganhos político-partidário e concentração das discussões para a solução de problemas imediatos ao invés de objetivos estratégicos são os pontos que mais dificultam o avanço do novo modelo.

Se por um lado existem fatores que dificultam o planejamento na perspectiva do desenvolvimento endógeno, por outro lado há fatores que contribuem significativamente para os resultados positivos até então encontrados. Destacam-se entre estes, a organização política dos atores sociais locais, o engajamento dos atores políticos ligados à prefeitura e câmara de vereadores que, independentemente de partidos políticos dão total apoio a iniciativa, a sintonia entre o projeto de desenvolvimento local e o planejamento estadual e, sobretudo, o crédito à instituição estadual – Pará Rural - que tem sido dada pelos resultados de seu trabalho no município, especificamente a regularização fundiária que é uma antiga demanda das comunidades rurais.

A maior preocupação que se deve expressar desse processo é quanto a saída do órgão estadual (Pará Rural) no próximo ano. Estarão o Fórum municipal e os atores sociais e



políticos suficientemente amadurecidos para dar continuidade do processo com a participação das diversas coletividades locais e com foco para o desenvolvimento endógeno?

## Referências

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 4 ed.

COSTA, F. de A.; Hurtienne, T.; Kahwage, C. (orgs). **Inovação e Difusão Tecnológica para Sustentabilidade da Agricultura Familiar na Amazônia: resultados e implicações do projeto SHIFT Socioeconomia**. Belém:UFPA/NAEA, 2006. 278p.

EVANS, P. *State-Society Sinergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California at Berkeley, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2006.

LIMA, Vanuza Ribeiro de ; MARINHO, Marcelo. ; BRAND, Antonio. . **História, identidade e desenvolvimento Local: questões e conceitos**. História & Perspectivas, v. 1, p. 363-388, 2007.

PROGRAMA PARÁ RURAL. **Plano de Desenvolvimento Municipal de Igarapé-Açu**. Igarapé-Açu: Fórum de Desenvolvimento Municipal de Igarapé-Açu, 2009.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000**. Brasília: PNUD, 2000. Disponível em: [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br). Acesso em dezembro/2009.

SANTOS, Marcos Eduardo dos. **Da observação participante à pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração**. In: V Encontro de Pesquisadores em Administração da FACEF. Franca: FACEF, 2004. v. 1.

SOUSA FILHO, F. R. ; SILVA, A. A. da ; MARQUES, U. M. ; CHETE, F. L. S. ; PINTO, W. da S. ; SILVEIRA, J. L. da ; SILVA, S. R. M. ; CORTELETTI, J. A **Dinâmica Histórica da Reprodução da Agricultura em Área de Fronteira na Amazônia Oriental: O exemplo de Igarapé-Açu, no Estado do Pará**. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 2001, Belém (PA). Cd ROM. Belém (PA): Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 2001.

VASCONCELLOS, Mário. **Partnership for Local Development: the relationship between local organisations and government in two áreas of North-east Pará, Amazônia, Brazil**. VDM, 2009

VASCONCELLOS, Mario; A. VASCONCELLOS, Ana Maria. **Participação e desenvolvimento territorial: reflexões a partir do Programa Proambiente**. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (org.): Territórios de desenvolvimento e ações públicas. Belém. EDUFPA, 2009.